

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006117-65.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários**
Requerente: **Carlos Eduardo de Freitas Guimarães**
Requerido: **Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter contraído empréstimo junto ao réu em abril de 2015, sendo que os descontos em sua conta para quitação do débito correspondiam a 30% de seu salário.

Alegou ainda que em julho de 2017 o réu reteve integralmente todo o seu salário sem qualquer lastro, de sorte que almeja à devolução de 70% do mesmo.

A matéria preliminar arguida pelo réu em contestação entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

Conquanto a hipótese vertente atine a relação de consumo, o que importa a possibilidade de inversão do ônus da prova, reputo que a pretensão deduzida não está prestigiada por indícios mínimos que ao menos lhe conferissem verossimilhança.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Nesse sentido, o documento de fls. 02/03 faz menção a empréstimo contraído pelo autor, cujo pagamento se faria por parcelas mensais no importe de R\$ 37,22.

Já os de fls. 04/08 e 12/13 atinam à movimentação da conta bancária do autor, percebendo-se que antes mesmo do período aludido a fl. 01 (julho de 2017) ela já registrava saldo negativo de razoável vulto.

Em consequência, a despeito do crédito dos proventos do autor a sua dívida aumentava cada vez mais.

Isso também ficou claro no documento de fl. 14.

Por outro lado, nota-se que o último saque levado a cabo pelo autor aconteceu em fevereiro de 2017 (fl. 06) e que depois disso, e antes de julho de 2017, ocorreu somente a cobrança de juros (fls. 07/08 e 12/14), além da transferência de perdas (fl. 14).

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da postulação inicial à mímica de demonstração dos fatos constitutivos do direito do autor.

Como assinalado, na verdade não se pode afirmar com segurança que o autor até julho de 2017 tinha acesso a 30% de seu salário e que nesse mês o panorama foi modificado, vedando-se-lhe inteiramente a possibilidade de fazer utilização ao menos daquele patamar para que sua dívida fosse abatida/adimplida.

Por outras palavras, como a explicação do autor não teve eco algum nas provas produzidas, rejeita-se o pleito formulado.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 06 de outubro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA